



DEFICIÊNCIA AUDITIVA

ANA MÁRCI DE OLIVEIRA FERREIRA ¹

1. INTRODUÇÃO

A comunicação e a linguagem (como seu instrumento principal), constitui fator determinante na qualidade das relações humanas. A história social da linguagem pode ser vista quanto ao aspecto biológico, que a coloca como fator de diferenciação da espécie humana, nas possibilidades de expressão da inteligência ou, sob o aspecto puramente social, o que implica na capacidade do homem de comunicar suas experiências e na necessidade de resolver situações advindas das inter-relações pessoais.

Na Pré-história, os primeiros meios de expressão foram, basicamente, os gestos e as ações. Com a evolução, surgiram os sons iniciais emitidos pelo homem e, posteriormente, as primeiras palavras. Nesta construção da linguagem, os gestos apresentavam um simbolismo funcional muito grande, principalmente nas situações práticas. À medida que isto acontecia, foram estabelecidos sons que se institucionalizavam como significativos de determinado gesto, de forma que o próprio gesto pôde ser, aos poucos, abandonado, restando apenas o som que o representava. Desta forma, constituiu-se a linguagem como código verbal.

¹ Pedagoga, psicopedagoga, Tradutora/Intérprete de Língua de Sinais, Guia Intérprete, Formação em deficiências auditiva, visual e surdocegueira, Especialista Tradutora e docente em Libras.



Esta evolução, segundo Luria, demorou séculos e trouxe características muito interessantes. Afirma este pensador soviético que a linguagem tem o poder de duplicar o mundo percebido, pois dispensa a presença do objeto para que se faça referência a ele.

Assim, é possível constatar que as pessoas com déficit auditivo apresentam algumas desvantagens relativas à possibilidade de compartilhar uma linguagem comum, adquirir a fala por meios comuns ou, ainda, ouvir as comunicações verbais das outras pessoas, visto que, isto se constitui pré-requisito para sua integração plena na família, na comunidade e na sociedade da qual fazem parte.

Nesse sentido, a linguagem possibilita os processos de abstração formadores da consciência humana. Desta forma, passa a ser, além de um veículo de comunicação, um meio de construção do pensamento.

2. HISTÓRIA DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Na história da humanidade, as referências mais remotas às pessoas surdas são encontradas no início da Era Cristã. Naquele período, segundo relatos bíblicos que destacam as curas milagrosas dos surdos, as pessoas com D.A., como outros deficientes da época, viviam em situação de miséria, excluídas da vida social, mendigando pelas ruas.

Os primeiros registros de ações educativas voltadas aos deficientes auditivos referem-se ao ano de 1500. Na época, com o objetivo de preservar os bens e as heranças familiares, os filhos de nobres eram ensinados a expressar-se em defesa de sua própria condição financeira.



Apenas no século XVIII, na França, foi iniciado um trabalho de educação de pessoas surdas. O abade L'Épée reuniu alguns surdos que perambulavam pelas ruas de Paris e passou a ensinar-lhes a comunicação pela Língua de Sinais, dando início a primeira escola pública para surdos de que se tem notícia.

No ano de 1880, durante o Congresso Nacional sobre Educação de Surdos, realizado em Milão, Itália, foram definidos caminhos que norteariam as ações educativas voltadas à pessoa com D.A. Neste evento, foi priorizado o ensino da língua, acima de qualquer outro objetivo, endossando-se o método oral puro, excluía-se, assim, a possibilidade do uso oficial da Língua de Sinais.

No documento oficial do Congresso, o Manifesto de Milão, fica registrado implicitamente, a rejeição da cultura e da identidade da comunidade surda que, sem o direito de usar os sinais, vê-se submetida a uma sociedade de ouvintes. Dessa forma, a pessoa era marcada pela impossibilidade como ilustra a imagem abaixo e não como um ser pleno, capaz de desenvolver o seu potencial pessoal.

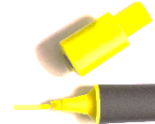
Clique [aqui](#) e assista ao filme “Filhos do Silêncio”, que vem ao encontro das ideias apresentadas acima e evidencia entre tantos aspectos importantes, o preconceito que sofre a pessoa surda em suas interações sociais.

Somente após a década de 60, a educação das pessoas com D.A. abandona uma visão patológica, hegemônica até então, em favor de uma caminhada, que revela o respeito à singularidade da pessoa surda.



Iniciam-se transformações e as lutas vão se consolidando em direção a uma abordagem sócio antropológica dessa condição.

No Brasil, a educação dos surdos teve início em 1857 com a fundação da primeira escola especial, no Rio de Janeiro. Ernest Huet, com o apoio de D. Pedro II, fundou a escola que é hoje o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).



3. O QUE SE ENTENDE POR DEFICIÊNCIA AUDITIVA

É a dificuldade ou a incapacidade de perceber os sons existentes no meio ambiente. Independentemente do grau em que ocorra, como uma “síndrome” que atinge o desenvolvimento da pessoa em todas as áreas.

Legalmente, conforme o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, deficiência auditiva é uma perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Mas educacionalmente, como a D.A. não pode ser definida visualmente, frequentemente é confundida com distração, falta de motivação ou até mesmo deficiência intelectual, o que dificulta as relações da pessoa com deficiência nesta área. Telford e Sanrey, afirmam que dentre todas as pessoas com deficiência, as que possuem déficit auditivo são, sem dúvida, uma minoria mal compreendida e desfavorecida. Popularmente e na educação especializada, as pessoas com D.A. total (surdos) e as que possuem restos auditivos (deficientes



auditivos) são diferentemente denominadas constituindo grupos com características heterogêneas.

Por Surdo entende-se como a pessoa com D.A. total (sem nenhum resto auditivo), que usa comunicação visual gestual – Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e não usa comunicação auditiva, enquanto que a pessoa com deficiência auditiva aquela que possui restos auditivos, não importando o grau da perda. Usa a comunicação auditiva que pode ser corrigida por aparelhos. Este tem o direito de fazer a opção pela identidade surda e esta escolha requer de nós ouvintes, respeito.

Cientificamente, no entanto, não há essa diferença, ou seja, surdo, pessoa com deficiência auditiva ou pessoa com perda auditiva são todos termos utilizados para denominar a pessoa que possui alteração na audição, seja esta alteração total ou parcial. Acesse [aqui](#) o filme A música e o silêncio.

4. QUAIS SÃO AS DOENÇAS MAIS FREQUENTES E CAUSADORAS DA DA?

A D.A. adquirida pré e pós-natal é responsável pôr 65 % dos casos de surdez, enquanto que 4 % é decorrente de causas hereditárias. Isto significa que mais de 50 % das causas da surdez poderiam ser evitadas se o Ministério da Saúde investisse em medidas preventivas contra a rubéola, caxumba e a catapora.

Síndrome da Rubéola Congênita (SRC): Doença epidêmica, infecciosa materna. Dependendo do estágio embrionário durante o qual a infecção ocorreu, a criança apresentará uma variedade de alterações tais como: catarata ou glaucoma congênito, deficiência auditiva,



retinopatia pigmentar, cardiopatia, deficiência mental etc.). A rubéola é considerada a causa mais frequente de deficiência auditiva congênita no Brasil, sendo a D. A. a única alteração que pode apresentar-se isolada na SRC.

Citomegalovirose: Doença sistêmica, caracterizada pelo aumento do fígado e baço, e icterícia. A infecção pode ser contraída pelo feto através da placenta ou pelo canal de parto, ou ainda através da urina, fezes, saliva, lágrimas, leite infectado, leite materno e transfusões sanguíneas.

Toxoplasmose: Afecção parasitária comum a várias espécies animais, tendo como agente infectante o protozoário do gênero toxoplasma. Peculiar a roedores e aves, também é habitual na espécie humana. A hipótese mais provável de transmissão é a ingestão, pela gestante, de carne não cozida (principalmente a carne suína) e o contato com fezes de gatos. Essa doença pode causar nascimento prematuro, cegueira, deficiência mental, paralisia cerebral e deficiência auditiva.

Alcoolismo e uso de drogas: O consumo pela gestante pode causar uma série de danos para o bebê, como retardo da linguagem, alterações no desenvolvimento, otites, deficiência mental e deficiência auditiva.

5. IDENTIDADE SURDA E EDUCAÇÃO

As identidades surdas estão presentes desde que as pessoas adquirem a surdez, ou seja, faça uso da visão como meio de comunicação. No meio social, político e principalmente nos meios



educativos, já houve vários avanços quanto a identidade surda. Apesar disso, nota-se uma carência de definições que ajudem a pessoa surda na sua autoimagem.

O conceito da identidade surda que estou usando aqui, é de um indivíduo com múltiplas identidades, pois as identidades culturais estão sempre mudando, sempre em construção, sempre se renovando. Principalmente não é um conceito onde o sujeito é centrado sobre si mesmo dentro do modelo de representação que lhe é feito pelo ouvinte. A identidade surda não é estável, nunca está completa e está sempre presente na vida da pessoa surda.

Identidade Surda: A denominação de sujeito surdo é o termo que o surdo se atribui. Que compreende sua especificidade, temporalidade e com uma cultura própria. Sem o uso do termo deficiente auditivo, que lhe é dado pelas diversas clínicas, caracterizando-o de deficiente. Ser sujeito surdo é contribuir e aprender gradativamente a necessidade de ser humano.

Portanto, identidade surda é aquela que culturalmente tem significados surdos, isto é, o sujeito usa LIBRAS, pede intérpretes, expressa cultura surda. Geralmente luta pôr seus direitos como: escola de surdos, educação em LIBRAS, desenvolvimento cultural do surdo e luta pôr seus direitos civis.

Identidade Surda Híbrida: Neste caso as pessoas sofrem um cruzamento de identidades, ou seja, há os que nascem ouvintes até certa idade e dominaram a língua oral. Depois com o tempo perderam a audição, esta perda leva o sujeito ao encontro cultural com a



comunidade surda. Porém, ao mesmo tempo e na maioria dos surdos, as duas identidades são conservadoras. Internamente esta pessoa traduz para o português como os ouvintes, porém, possuem necessidade de identidade surda, de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), de tudo que se refere ao surdo. Portanto, dadas as situações o mais significativo é a sensação contínua de mais valia social.

Identidade Surda de Transição Cultural: Nesta, estão os sujeitos surdos que vivem longo tempo em conjunto com a comunidade ouvinte, e na maioria, nunca tiveram contato com a comunidade surda. Ao encontrarem seus semelhantes, ou seja, no contato com a comunidade surda estão realizando a assimilação de significados, e adquirindo a Língua de sinais.

Alguns surdos passam a ser mais críticos em relação aos ouvintes, inclusive gerando conflitos que os impedem de seguir sua identidade.

Identidade Surda Flutuante ou Incompleta: Este tipo de identidade é muito comum aos surdos que não tem contato cultural, isto é, vivem no meio dos ouvintes, ou estão na integração onde lhe é negado o encontro com sua identidade surda. Na maioria dos casos estes sujeitos assimilam a cultura do ouvinte e vivem competindo com os ouvintes; por outro lado temos os que não conseguiram assimilar a cultura e vivem na dependência do ouvinte, ou superprotegido pela família, ou escondido dentro de casa como um impossibilitado.

Os surdos costumam dizer que estes indivíduos passam a aceitar a “ouvintização” (influência do ouvinte), a desprezar a cultura surda; sofrendo vergonha, isolamento com muita passividade. Acesse [aqui](#) o



documentário Som e Fúria, cuja trama aborda o tema identidade, ilustrando o que está sendo abordado neste texto.

6. CULTURA SURDA

As culturas em que nascemos se constituem em locais de fontes de identidade cultural, se encontrarmos um sujeito surdo sem cultura surda, certamente teremos um sujeito surdo deslocado, isto é, sem língua pátria.

A questão de cultura surda desenvolveu-se ao longo dos séculos. E no meio em que vivemos precisamos da multiculturalidade surda.

A identidade da cultura surda pode estar em formas de representação, ou seja, na arte surda, no alfabeto manual, na LIBRAS, na forma de organização das comunidades surdas, na presença de intérpretes de Língua de Sinais, na presença de Instrutores e Professores Surdos.

A língua e a cultura surda constituem como meio de comunicação do surdo, da LIBRAS e presta como transmissão e aquisição de conhecimentos universais. Uma cultura é um discurso, um constituir de sentido e sentimentos, é um influenciar e organizar de ações e concepções de um sujeito com seu grupo social.

Portanto o sujeito surdo tem necessidade de impulso cultural, de uma atmosfera no interior da qual os membros de uma sociedade podem respeitar, produzir e sobreviver. Não importa quantos sejam em gênero, raça ou classe. A cultura surda serve para unificar os surdos numa identidade cultural.



7. LÍNGUA

A concepção de língua como discurso alterna profundamente a questão: o problema não está apenas em possibilitar ao surdo a “comunicação”, quer com outros surdos, quer com ouvintes; o problema está, sobretudo em como o surdo se constitui, em como constitui suas vivências e convivências através do interagir com o outro e com sua comunidade.

Língua não é apenas instrumento de comunicação, é também interação entre outros seres humanos independentemente de cor, religião, nacionalidade ou cultura.

Há duas possibilidades distintas de comunicação, através do canal auditivo e do canal visual. Os ouvintes utilizam o canal auditivo, o surdo utiliza apenas o canal visual.

Ao nascer, os bebês (em geral) se comunicam usando a expressão gestual e oral. Entretanto, as crianças ouvintes com pais ouvintes, irão com o tempo, adquirir a língua que está a sua volta, ou seja, utilizarão o som (uma língua oral) para comunicar-se, perdendo a expressão gestual. O surdo jamais irá buscar ou usar o som para se comunicar. De forma natural, ele conserva a expressão gestual, desenvolvendo, no contato com outros surdos, a Língua de Sinais.

Cabe salientar que cada sinal tem uma representação mental, que o surdo tem condições de conferir, entender e dar significado. Pois, toda e qualquer palavra carrega consigo signos e significados culturais. Assim, entre os surdos existe consciência de que o sinal deve evocar a ideia ou representar o significado total.



A tese mais defendida e geral sobre a criação ou invenção de novos sinais é a de que somente os surdos e entre eles que surgem e são feitos os novos sinais, pois a língua de sinais é a língua natural da comunidade surda, seu modo de expressão e comunicação.

Sendo o surdo um sinalizador nativo da Língua de Sinais, a mesma será sua língua natural. Os sinais são constituídos por soletração manual (datilologia), estes sinais são constituídos por elementos gramaticais denominados “Configuração e Orientação da Mão; Movimento; Pontos de Articulação e a Expressão Facial e Corporal; Localização”.

LIBRAS, ou Língua Brasileira de Sinais, é a língua materna dos surdos brasileiros e, como tal, poderá ser aprendida por qualquer pessoa interessada pela comunicação com a comunidade surda. Como língua, esta é composta de todos os componentes pertinentes nas línguas orais, tais como: gramática, semântica, pragmática, sintaxe e outros elementos, preenchendo, assim, os requisitos científicos para ser considerada instrumento linguístico de poder e força. É uma língua viva e autônoma.

A LIBRAS é a língua de sinais usada pelas comunidades surdas dos centros urbanos brasileiros. Ela não é universal, cada país tem a sua. Existem dialetos ou variabilidades regionais dos sinais. Muitos profissionais que trabalham com surdos não possuem, por opção, contato com a língua de sinais.

As línguas de sinais são sistemas linguísticos que passaram de geração em geração de pessoas surdas. Não derivam das línguas orais,



mas surgiram de uma necessidade natural de comunicação entre pessoas que não utilizam o canal auditivo-oral, mas utilizam o canal espaço-visual como modalidade linguística.

Sabemos que crianças surdas têm a língua de sinais como sua primeira língua, e que essa é adquirida de forma espontânea e natural, ou seja, não é ensinada. Mas, a realidade das crianças surdas é que como na sua maioria, elas são filhas de pais ouvintes, elas não têm acesso à língua de sinais, desenvolvendo somente, na medida do grau de estímulo e das formas de comunicação incentivadas no lar e pelos pais, uma linguagem gestual.

Portanto se estas crianças chegarem na fase de idade escolar, e senão tiveram contato, convivência, com outros surdos, geralmente não apresentaram nenhuma língua.

Para mais informações e curiosidades, acesse o blog a seguir clicando no link [1](#) e [2](#) para conhecer como é o estudo da Gramática de Libras.

8. O INTÉRPRETE DE LIBRAS PARA O SURDO

Entre duas comunidades que utilizam línguas diferentes, o processo de interação é na maioria dos casos, através de um tradutor intérprete, que se torna responsável pôr ser portador de habilidades de transitar entre estas duas línguas.

Os intérpretes necessitam ter fluência na LIBRAS, assim como ela é usada pelas pessoas surdas e ter também boa fluência em Língua Portuguesa. Como elementos fundamentais à prática do serviço de



tradução, o profissional deve ter consciência de três aspectos primordiais para sua eficácia como tradutor: a neutralidade. A ética e a imparcialidade.

A atuação dos intérpretes deve estar centrada no atendimento de pessoas surdas que necessitam romper os bloqueios de comunicação, com o objetivo de facilitar a comunicação dos surdos com os ouvintes e/ou vice-versa. Frequentemente, os intérpretes são solicitados em encontros, reuniões, cursos, palestra, debates, entrevistas, consultas, audiências, visitas etc., além de participarem do processo de integração escolar do aluno surdo. Conheça mais sobre o intérprete acessando [aqui](#).

9. O QUE SE ENTENDE POR BILINGUISMO?

Bilinguismo é o uso e o conhecimento de duas línguas pela mesma pessoa. Esta pessoa bilíngue consegue produzir significações entre duas culturas comunicativas diferentes. Para os surdos a Língua dos sinais juntamente com a Língua Oral formam um sujeito surdo bilíngue, ou seja, o acesso à língua de sinais feita de forma natural entre a criança surda e o adulto surdo, formam a primeira língua; a língua oral é fornecida à criança surda pelo adulto ouvinte, e aparecerá como segunda língua, teoricamente baseada nas habilidades linguísticas já desenvolvidas pela língua de sinais.

Clique [aqui](#) e acesse o link, encontrarás o artigo intitulado “Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05” autoria de Ana Cristina



Lodi e terá maior esclarecimento sobre o bilinguismo, os decretos e leis.

10. A EDUCAÇÃO E A DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Há uma constante polêmica sobre que tipo de escola os surdos devem deviam frequentar, existem fatores que necessitam ser analisados cuidadosamente. Dentre esses, as implicações sociais, culturais e pedagógicas, que estão envolvidas na opção por integrar (Integração) ou incluir (Inclusão) alunos surdos em escolas de ensino regular, na criação ou manutenção de escolas exclusivamente destinada a surdos, ou em alternativas que contemplem a circulação dos surdos pôr esses dois ambientes.

Segundo Quadros, as dificuldades que surgem, são, principalmente a criação do ambiente linguístico apropriado; a forma psicossocial de desenvolvimento e conhecimento de mundo. A aprendizagem e o uso da língua de sinais representam na verdade a abertura da porta que dá acesso ao mundo da comunicação e da cultura surda. Por outro lado, devemos ter cautela para não fecharmos a porta de comunicação do mundo ouvinte com o surdo.

a. INTEGRAÇÃO

Na concepção Integração, o indivíduo surdo, tem que se adaptar, adequar-se e respeitar o ambiente oral.

b. INCLUSÃO

Para o surdo, a concepção de Inclusão, é necessária, pois a escola faz toda a adequação e, portanto, respeita sua língua de sinais, sua cultura e sua identidade surda.

RELAÇÕES PROFESSORES E ALUNOS FRENTE A DUAS REALIDADES

INTEGRAÇÃO	INCLUSÃO
Uni direcional	Duas direções
Normalização do aluno surdo com o ouvinte	Aceitação do surdo com pessoa
Paternalismo	Respeito e valor sócio antropológico
Autoritarismo	Autoridade horizontal
Professor como o dono do saber	Professor e aluno com trocas constantes de sabedoria
Atitudes segregadoras	Atitudes participativas
Aluno dependente	Aluno com autonomia

Quadro 1: Relação Professor/Aluno

11. ESTIMULAÇÃO PRECOCE

A estimulação precoce da criança, que nasce ou torna-se surda no período de zero a três anos de idade, é fator essencial para a aquisição da linguagem, uma vez que é considerado um período crítico favorável, devido à plasticidade neural, característica desse momento.



Segundo Bakhtin, a consciência (marca individual) tem origem no meio social ou ideológico, e só pode existir a partir de um grupo de indivíduos. Sendo assim é de suma importância que a criança surda conviva com a sua língua e forme uma linguagem, sendo estimulada por um adulto surdo e tenha convivência com a cultura surda.

Na estimulação precoce prioriza-se, o esquema corporal, coordenação global, coordenação manual e viso-motora, orientação espacial e temporal. Ainda, trabalha-se as AVDs (Atividades da Vida Diária).

12. ALFABETIZAÇÃO DE SURDOS

Nesta perspectiva, o foco da análise é sobre a educação bilíngue para surdos, que vem deslocando-se dos espaços escolares para as relações e propostas pedagógicas.

O desenvolvimento e o fortalecimento do bilinguismo é anterior, a inclusão dos surdos em escolas regulares, pois, os surdos apresentam signos, símbolos, rituais, narrativas e formações culturais diferenciadas dos ouvintes, a construção da sua objetividade faz com que pedagogicamente se resolva este problema de diferenciação linguística, no modo mais racional, oportunizando aos surdos sua verdadeira língua, a LIBRAS.

Existe uma ambiguidade no que se refere ao sentido do termo bilíngue, na educação dos surdos, tais como:



a. Bilinguismo: língua de sinais e língua oral

O objetivo desta educação bilíngue é que a criança possa ter um desenvolvimento conjuntivo linguístico paralelo ao verificar na criança ouvinte, e que possa desenvolver uma identificação harmoniosa entre a cultura ouvinte e a cultura surda. Ficando o aprendizado da língua de sinais feita naturalmente pela interação surdo-surdo. A língua oral como segunda língua e será ensinada pôr ouvintes, porém, baseada nos conhecimentos já adquiridos e desenvolvidos em sua língua materna.

b. Bilinguismo: língua de sinais e língua escrita

Esta é uma proposta de ensino usada pôr escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Pensando no currículo escolar de Escola Bilíngue, ou seja, a escola deve ser “especial” para surdos, mas ter, ao mesmo tempo, ensino regular. Os conteúdos devem ser trabalhados na língua nativa, ou seja, na LIBRAS, contando com a presença de surdos adultos. A língua portuguesa deverá ser ensinada em momentos específicos das aulas, os alunos surdos deverão saber que estão trabalhando com o objetivo de desenvolver sua Segunda língua, ou seja, a língua estrangeira.

13. DEMAIS MODALIDADES DE ENSINO DE SURDOS

Atualmente, o profissional que quer familiarizar-se com estas filosofias educacionais encontra material bibliográfico bem mais farto, e bem mais divulgado. Muitas escolas e profissionais usam modalidades de ensino como: Oralismo, Comunicação Total, Bimodalismo, LIBRAS, Português Sinalizado e Português.



Em Porto Alegre, encontramos profissionais trabalhando tanto no Oralismo, na Comunicação Total como no Bilinguismo.

Em Caxias do Sul, na escola Hellen Keller, os profissionais começam a discutir o uso da Língua de Sinais na educação dos surdos, desde 1992, passaram a debater o uso único e exclusivo da Língua de Sinais. Trabalhando com língua de sinais (L1) e língua escrita (L2).

Em Curitiba, o CEAL (Centro de Audição e Linguagem), iniciou um trabalho com Bilinguismo desde 1990. As crianças frequentam o Centro três a quatro vezes por semana, onde são expostas à língua de sinais por profissionais surdos e à língua oral por profissionais ouvintes em momentos diferentes. As crianças estão frequentando a escola regular.

No Rio de Janeiro, o INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), que é uma referência no trabalho com Comunicação Total, encontra-se, neste momento, em processo de construção de um modelo bilíngue.

Fora do Brasil, a Suécia e a Venezuela são países que se destacam por suas propostas bilíngues. Em 1981, na Suécia, o Bilinguismo passou a constar da legislação nacional de educação dos surdos, onde desenvolve a língua de sinais e a língua escrita.

Na América do Sul, a Argentina, o Uruguai e a Venezuela também já desenvolvem programas bilíngues.

Na França, existe uma lei que torna o bilinguismo um direito de escolha para os pais de surdos, ou seja, o bilinguismo deve ser uma das



escolhas institucionais. Porém, neste país o trabalho com Comunicação Total nunca foi desenvolvido.

14. INCLUSÃO ESCOLAR DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA

A Inclusão Escolar do Surdo é e será uma constante preocupação, tanto pela comunidade surda quanto para os profissionais ouvintes interessados. Para tal necessitamos ter consciência que as mudanças são necessárias e cabíveis. Os professores, as escolas e os alunos ouvintes e surdos, com oportunidades de aceitação ou não, nas dualidades de culturas, nas diversas metodologias. Sabemos que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira, Lei 9394/1996), define a educação para todos os portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. Ainda assim, entendemos a Inclusão como algo psicossocial, cultural e pedagogicamente existente em todas as formações possíveis aos surdos. Quanto a nós educadores ouvintes, sonhamos com a possibilidade de ver a comunidade surda conquistar a individualidade de escolha, entre a educação na escola de ensino regular e a de ensino especial, com o uso do Bilinguismo ou outra concepção escolhida e acolhida por surdos.

15. CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Por apresentar dificuldade para ouvir, a linguagem oral é diferenciada da linguagem do ouvinte, ou seja, o D.A. usa a voz de modo projetivo.

Pelo fato de não possuir o *feedback* acústico-articulatório, suas vocalizações não apresentam melodia; a qualidade tonal característica é gutural, com flutuações de altura e intensidade.



Em minoria, faz uso de prótese auditiva.

Aprende pôr experiência visuais, e sempre necessita afastar obstáculos que lhe dificultam a comunicação.

Utiliza-se de gestos espontâneos indicativos e representativos, para acompanhar sua comunicação; (gestos ou LIBRAS).

Geralmente repete as informações e/ou explicações até que tenha compreendido.

Faz uso intensivo e compensatório de todas as sensações captadas visual, tátil e até mesmo por seus resíduos auditivos; (material escrito, ilustrado, fotografado, vídeos etc.).

Expressões faciais, mímicas, leitura oral-facial e vibrações são fontes ricas de informações para o D.A.

Necessita de comunicação frente a frente.

Em geral, seu desenvolvimento motor é normal, porém, em algumas ocasiões pode apresentar atividade motora maior que a normal, devido à grande necessidade de explorar visualmente o ambiente

Diante de muitos estímulos visuais, torna-se dispersivo.

Sua marcha pode ser ruidosa, arrastando os pés. Alguns pode apresentar problemas de equilíbrio ou balanceio;

Quando alfabetizado faz uso da escrita ou da digitação;

Seu desenvolvimento emocional pode estar atrasado e imaturo, mas não pode ser considerado atípico.



16. SUGESTÕES DE CURRÍCULO ESCOLAR NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

a. Diversificação Curricular

Adaptação curricular extrema, para os alunos com maiores e mais graves dificuldades para aprender, associadas a déficits graves e permanentes.

Configurar um currículo relevante e funcional.

Contemplar os alunos com elevada defasagem idade/série.

Estabelecer uma clara metodologia, conteúdos e critérios de avaliação individual.

Definir objetivos harmonizados com os demais alunos, sempre que possível.

b. Adaptações Metodológicas

Métodos e procedimentos.

Atividades.

Material de ensino-aprendizagem.

Agrupamentos previstos.

c. Adaptação de objetivos

Priorizar.

Introduzir.



Eliminar.

Propiciar sequencia específica.

d. Adaptações de conteúdo

Priorizar.

Introduzir.

Eliminar.

Sequenciar.

Propiciar organização específica.

e. Adaptações na avaliação

Critérios.

Instrumentos.

Procedimentos.

Promoção.

f. Adaptações na temporalidade

Objetivos.

Conteúdos.

Clicando [aquí](#) você pode conhecer um exemplo prático e teórico de inclusão de surdo no Ensino Médio Técnico, no artigo “*A Inclusão do*



Surdo no Ensino Técnico: Estudo de Caso sobre a Interação na Cena Pedagógica” autoria de Elis Regina Bayer e Joseane Amaral.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

COUTINHO, Denise. *LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa (Semelhanças e Diferenças)*. João Pessoa: Feneis, 1998.

GOLDFELD, M. *O Desenvolvimento da Criança Surda sob o Enfoque Sócio-Interacionista*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia da PUC-RJ. 1996.

KOZLOWSKI, L. *O Modelo Bilíngue/Bicultural na Educação do Surdo*. *Revista Distúrbios da Comunicação*, 7 (2): 147 – 156, 1995.

LODI, Ana Claudia Balieiro; HARRISON, Kathryn M. P.; CAMPOS, Sandra R. L. de. *Letramento e minorias*. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. 160p.

PESTALOZZI. Sociedade Civil Instituto. *Discursos Atuais sobre Surdez*. Canoas: La Salle, 1999.



QUADROS, Ronice Müller de. Língua de Sinais brasileira: Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SKLIAR, C. (Org.). Educação & Exclusão – Abordagem Sócio Antropológicas em Educação Especial. Porto Alegre, Ed. Mediação, 1990.